

## Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR



Giovane  
Byl



Giovani  
Culau e  
Coletivo



Mariana  
Lescano



Natasha  
Ferreira



Tiago  
Albrecht

### 006ª CEFOR Audiência Pública 18MAR2025

**PAUTA:** Audiência Pública de Metas Fiscais do 3º quadrimestre de 2024.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** (10h16min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR. Estamos com quórum, Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano, Ver.<sup>a</sup> Natasha Ferreira, demais vereadores estão chegando também, então, quero agradecer a todos os servidores que estão aqui desde cedinho preparando nossa sala para que possamos ter uma boa audiência. Eu quero iniciar os trabalhos lendo o edital, que foi publicado no DOPA e no Jornal do Comércio, ambos no dia 10 de março de 2025, e no *site* deste legislativo. Então, procederemos à leitura do edital (Lê.):

**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA. PROCESSO 008.00004/2025-57.** A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA à comunidade porto-alegrense a realização de Audiência Pública para demonstração e avaliação, pela Secretária Municipal da Fazenda, do cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2024 e a trajetória da dívida, em atendimento ao § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, no dia 18/03/2025 (terça-feira), às 10h, na sala de reuniões nº 302 da Câmara Municipal de Porto Alegre, Porto Alegre, 06 de março de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA**, Presidente.

Quero saudar o colega Ver. Giovani Culau e quero compor a Mesa: nosso secretário adjunto da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Bruno

Breyer, que já está aqui presente, já se adiantou; nossa secretária municipal da Fazenda, secretária Ana Pellini, por favor, componha a Mesa junto com a gente; a nossa contadora-geral, Aline, depois apresente todo o nome, Aline, pois está aqui só o primeiro nome; o presidente do Previmpa também, Fabiano, por favor; e, representando o gabinete da Fazenda, o nosso decano e sempre vereador desta Casa, Airto Ferronato, por favor, é uma honra tê-lo aqui junto conosco nesta Mesa, o senhor que presidiu por muito tempo, com excelência, os trabalhos aqui desta comissão. Então, para dar início aos trabalhos, nós temos uma apresentação por *datashow*. Quem vai fazer essa apresentação do governo?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Secretária Ana Pellini, por favor.

**SRA. ANA PELLINI:** Primeiro, com sua licença, o nosso presidente Giovane; a Mariana Lescano, faz tempo que a gente não se encontra, parabéns pela tua eleição; o Giovani Culau, a Natasha Ferreira, e o nosso querido, agora colega, Ferronato. Nós estamos aqui com o secretário adjunto de Planejamento e Gestão; o Bruno, que está representando a Secretaria; a Aline, a contadora; e o Fabiano, que representa a Previdência, e ele está aqui porque é um gasto relevante ainda para o poder público.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

**SRA. ANA PELLINI:** Que bom, seja bem-vindo. Nós estamos aqui para fazer a apresentação do balanço de 2024. É o terceiro quadrimestre, mas ele engloba o ano todo. Foi um ano muito difícil para as finanças públicas do Município, como seria o esperado mesmo, em decorrência de uma calamidade que não foi pouca coisa. Nós até já estamos meio esquecidos, Porto Alegre reagiu tão bem que a gente até esqueceu tudo aquilo que passamos e ainda o que temos pela frente,

porque a calamidade já se encerrou, mas os seus efeitos continuam em pessoas que não puderam voltar para as suas casas, em bens que ainda estão sendo recuperados. Então, ainda estamos vivendo essa fase dos efeitos dessa calamidade que foi tão devastadora para a nossa cidade. Começando pelas receitas, estamos falando de balanço, temos que começar pelas receitas. Nós tivemos um incremento nas receitas correntes, que são as receitas de impostos, basicamente transferências de 1,6%, depois a gente vai desdobrar. E com relação às receitas de capital, infelizmente, os números em vermelho não estão aparecendo, mas nós tivemos um decréscimo de 15%. Nós temos deduções, que são devolução de impostos, o Fundeb também, que é um ajuste que se faz para que a gente tenha a receita, digamos, efetiva. Então, no todo, nós tivemos um ganho de 1,1% na nossa receita, que ainda é positivo se a gente lembrar o ano de 2024, tudo aquilo que eu já referi. Então, agora, abrindo esse número, basicamente nós temos receitas tributárias, claro. O ISS, o Imposto Sobre Serviços, foi um que reagiu bem, 4,6% de crescimento. Por que o Imposto Sobre Serviços cresceu, embora a gente tenha tido diminuição da atividade econômica, especialmente na área alagada? Porque nós tivemos muitos contratos de prestação de serviço decorrentes da própria enchente: limpeza, refazimento de coisas, o próprio Município de Porto Alegre e o Estado mesmo contrataram muitos serviços para atacar as consequências da enchente. Isso gerou aumento no Imposto Sobre Serviços e gerou aumento também no Imposto de Renda Retido na Fonte, que pertence ao Município. Então, esse incremento de 4,6% no ISS e de 16% no Imposto de Renda Retido na Fonte, eles decorrem, digamos assim, das consequências da enchente que tiveram que ser enfrentadas com contratos, tanto pelo poder público como pelos privados também, que contrataram limpeza lá nas suas áreas e outros serviços também necessários. Então, digamos, ainda deu um respiro em função dessa questão. E nós temos o RecuperaPOA Calamidade, em que tivemos R\$ 35 milhões também de Imposto Sobre Serviços recuperados.

O IPTU decresceu 6,2%, por quê? Nós concedemos benefícios fiscais. Alguns incidiram em 2024, era 80% para os diretamente atingidos, que estavam na zona

de alague, e 20% para os indiretamente atingidos. Só que alguns já tinham pago o seu imposto. Então, em 2025, nós estamos também tendo uma perda de receita, e mais adiante a gente vai demonstrar os valores, decorrente desse benefício fiscal do IPTU para as áreas alagadas, que está sendo descontado do devido em 2025, porque em 2024 o proprietário já tinha pago o seu imposto antecipadamente. Então, tivemos uma perda aí e estamos tendo uma perda também no ano de 2025.

No RecuperaPOA Calamidade, também a mesma regra, aquele esforço que foi feito gerou também R\$ 48 milhões. O ITBI decresceu, natural que decrescesse, porque as transações imobiliárias diminuíram o seu ritmo neste período. E as taxas são de pequena monta, e tivemos uma redução também nelas, devido à questão da diminuição da atividade econômica. Podemos passar?

Bom, as transferências, então, transferências da União e do Estado. Nós tivemos um aumento nas transferências correntes de 7,1%, sendo que da União 9,6%. Mas o que mais aumentou em transferência foi o SUS. Realmente nós tivemos uma ajuda financeira do governo federal que incrementou, então, as transferências da União nesse quesito, que apresentou um aumento de 3,1%. O Fundo de Participação dos Municípios, que é a receita, a transferência mais tradicional, nós tivemos uma perda porque perdemos população. Isso é muito ruim, nós perdemos praticamente R\$ 4 milhões neste item, decorrente da fórmula em que a população de Porto Alegre declinou, calculado pelo Censo de 2020/2022. O prefeito não concorda com isso, ele acha que houve um erro e está tentando reverter essa situação. Enfim, muito ruim. Perder população sempre é muito ruim em todos os aspectos. Bom, transferências do Estado, tivemos um incremento de 1,4%. Aí o ICMS teve um peso significativo, porque as pessoas compraram móveis, compraram eletrodomésticos, compraram coisas que tinham se estragado pela enchente, e isso elevou o ICMS do Estado e a participação dos municípios também. O IPVA, a mesma coisa. Então, isso acabou ajudando um pouco a termos um déficit um pouco menor. Podemos ir em frente? Bom, as transferências de capital. Nas transferências da União, tivemos um incremento de 55% e, de novo, na área da saúde é que se deu o

aumento, digamos, mais significativo, tanto na normalidade quanto no enfrentamento à calamidade, recursos que vieram ajudaram muito o Estado e, com isso, tivemos um incremento geral nas transferências da União. Mas, como eu disse, se localizaram predominantemente no enfrentamento à calamidade, tanto como o SUS como outras receitas que também recebemos da União. Transferências do Estado, não houve esse mesmo efeito. Podemos seguir? Então, a receita, basicamente, é isso. Resumindo, a gente teve alguns incrementos, todos eles bem pontuais, decorrentes do enfrentamento à enchente, mas, no geral, a atividade econômica que gera os impostos, essa sofreu muito com os acontecimentos.

Aqui, as despesas. Nas despesas correntes, que é a despesa do dia a dia, da manutenção, do custeio, nós tivemos um incremento de 13,5%; na despesa de capital, que são os investimentos, mais significativamente, e amortização da dívida, nós tivemos um decréscimo de 15%. Não pagamos a dívida durante alguns meses, em função de um acordo feito com os agentes financeiros, em uma compreensão com relação ao que estávamos passando. Vamos em frente. Aqui, os investimentos. De uma maneira comparativa com outros anos, a gente vê que, a partir de 2021, começa-se a ter uma aceleração no investimento, em 2021, em 2022, em 2023. Em 2024, nós ficamos praticamente no mesmo patamar, caiu um pouquinho em relação a 2023, mas, deste montante, R\$ 56 milhões também foram investimentos para o enfrentamento da calamidade. Agora vamos às questões constitucionais, aos limites constitucionais. Nós conseguimos atender o limite da educação com uma folga de R\$ 106 milhões, acima do mínimo constitucional. Estamos nos adaptando à nova regra, que em nove anos não pode usar o Fundeb para pagamento de inativos, não pode incluir na conta, aliás, em despesas com desenvolvimento do ensino, os pensionistas, os inativos. Então, por essa razão, nós estamos tendo que gastar mais, R\$ 60 milhões por ano, mais ou menos, em educação, para que, ao final desses nove anos, a gente continue gastando o mínimo constitucional, mas sem o cômputo dos inativos.

Podemos passar à saúde. A saúde é um gasto enorme, enorme, enorme, e aí até a gente teve uma pequena redução em 2024, relativamente a 2023, porque, em 2023, tivemos um Programa de Aceleração de Investimentos, que chamávamos de PAI, onde houve um grande aporte de recursos na área da saúde para tentar diminuir as filas, que, naquela época, já eram grandes. E, agora, em 2024, gastamos um pouquinho menos, porque isso aqui é sobre impostos e transferências tributárias, não estão incluídos os recursos que recebemos do Estado e da União. Então, nós acabamos gastando R\$ 266 milhões acima do mínimo que seria constitucionalmente definido. Nós estamos vivendo uma situação bem ruim na saúde, hoje: filas, emergências lotadas, todo mundo está acompanhando aí na imprensa. O prefeito está preocupadíssimo, hoje à tarde temos reunião na Secretaria da Saúde do Estado, ele está se reunindo com os prefeitos da Região Metropolitana para tentar equacionar essa questão da saúde, que é bastante preocupante.

Vamos seguir. Bom, investimentos com pessoal, nós temos tido um investimento equilibrado ao longo do tempo, na faixa de 40%, 41%. No ano de 2023, houve um incremento que não foi real, foi apenas contábil, porque o Tribunal de Contas estabeleceu um critério diferente, que os terceirizados da saúde deveriam ser incluídos, e, com isso, então, pela mudança de critério do Tribunal de Contas, aumentou a despesa. Mas, em 2024, eles voltaram atrás, e ficou o critério que sempre foi, portanto, voltou a percentual que sempre foi, que é o que Porto Alegre tradicionalmente tem gasto com pessoal, que é 40%, 41%.

Revendendo onde nós gastamos o nosso dinheiro: a saúde, disparado, foi o maior gasto, R\$ 3,15 bilhões. Nós, como vimos no outro *slide*, 1/3 disso é bancado com os impostos e 2/3 com transferências. Desse valor, R\$ 81 milhões foram em decorrência da calamidade.

Previdência: nós tivemos um gasto de R\$ 1,98 bilhão, está aqui o Fabiano, para se alguém quiser fazer alguma pergunta. O plano é zerar essa contribuição em 2099. Em 2029, Fabiano, começa a decair. Então, até 2029 sobe, aí começa a decair, e, em 2099, a expectativa é que não se tenha mais essa despesa com

previdência, porque não teremos ninguém mais no regime antigo, todos no regime capitalizado.

Educação. Estamos gastando acima, inclusive, do limite constitucional, R\$ 1,68 bilhão. E saneamento, R\$ 1,56 bilhão. Desse montante, R\$ 121 milhões foram em enfrentamento à calamidade. O DMAE atuou muito fortemente na época da enchente, limpando bueiro, hidrojato, recompondo obras de uma maneira emergencial, para que pudéssemos esvaziar a cidade, tirar a água da cidade, e a casa de bomba, um monte de gastos foram feitos para que o sistema enfrentasse tudo o que estava acontecendo. Podemos seguir? Bom, a dívida pública... A dívida consolidada aumentou 5,7%, mas nós sempre tivemos disponibilidade financeira para pagar; então, comparado com o que tínhamos, nós devemos 1,835 – temos disponibilidade de 1,717; então, a dívida líquida mesmo é 118; é o que, digamos assim, não teríamos dinheiro para pagar naquele momento, sobra R\$ 118 milhões, que é um valor bem adequado, e que reduziu, inclusive, em relação ao ano anterior. A receita corrente líquida ajustada, aumentou 2,4%, e ficamos superdentro, superdentro do limite da dívida em relação à receita corrente líquida, que pode chegar a 120%. Nós temos 1,31%; então, estamos muito bem dentro deste limite, tanto que conseguimos contratos de operações de crédito, agora, da monta de R\$ 6 bilhões, que só foram possíveis porque nós tínhamos limite para fazer isso. Vamos em frente – precatórios; precatórios é sempre um problema crescente. O saldo a vencer aumentou 19%, com menos pagamentos, mais atualização monetária e novos precatórios. Resumo da ópera, o que interessa mesmo é que o saldo final dos precatórios cresceu 15%. Esse é um gasto também que é relevante e com tendência de crescimento. Vamos lá! Bom, resultado previdenciário, voltando à questão da previdência. Nós temos dois planos: repartição simples, que é onde o Município aporta efetivamente os recursos. Nós tivemos um déficit de 172... Aliás, o nosso déficit cresceu 172,4, mas, como ele era pequeno, ele decresceu. Não estou conseguindo enxergar. Nós temos dois planos: o plano de repartição simples, em que tivemos os aportes da Prefeitura, e o resultado orçamentário final, já considerando esses aportes todos que foram feitos, foi de R\$ 10 milhões,

ele é muito inferior ao do ano de 2023, mas era 15, passou para 10. Então, é um número meio fictício em termos de redução, já era pequeno e ficou menor ainda. Agora, no capitalizado, tivemos receitas previdenciárias que diminuíram 15%. As despesas cresceram um pouquinho. E o nosso resultado orçamentário decresceu 20%. Então, isso depende de contingências variadas. Esse resultado que se obtém no plano previdenciário capitalizado, após apresentação, se alguém tiver interesse, eu pediria que o Fabiano explicasse melhor, já que ele domina essa matéria.

Vamos em frente? Então, a projeção de quando é que nós vamos zerar essa conta, em 2099. Ótimo. Bom, agora, então, o todo. Qual foi o nosso orçamentário no final das contas? Se formos considerar o Tesouro, que é o Município propriamente dito, e mais o DMAE, nós chegamos em um déficit de R\$ 430 milhões. O Tesouro teve um déficit de R\$ 143 milhões, não é pouca coisa, e o DMAE, de R\$ 287 milhões. Então, somando os R\$ 430 milhões. Ah, mas o Previmpa apresenta um resultado orçamentário positivo de R\$ 436 milhões; sim, mas nós não podemos pegar esse dinheiro para suportar o déficit, porque é o dinheiro das aposentadorias, não tem como fazer isso. Ah, mas tem recurso vinculado de R\$ 123 milhões. Tem, mas também é um recurso que não podemos desviar para cobrir o nosso déficit, porque é recurso vinculado na sua... Para criança e adolescente, em função no fundo, e também para os idosos, e jamais se pensam em tirar isso aí. Então, superávit orçamentário consolidado, parte aqui não serve para cobrir o nosso déficit real, que é R\$ 430 milhões, e que se justifica pela enchente. O DMAE não tinha déficit sei lá desde quando, e teve déficit extraordinariamente, porque fez muita coisa, e que tinha que fazer para que a vida das pessoas voltasse a uma relativa normalidade. Então, com relação a isso, tem ali, depois podemos deixar a apresentação, se alguém quiser perguntar, é claro, DEMHAB, DMLU, FASC, a Câmara Municipal é do duodécimo, os R\$ 200 milhões, a EPTC, nós pagamos a folha deles, então, é tudo que compõe o nosso déficit do Tesouro, que é R\$ 143 milhões. Aqui, trouxemos um resumo do que foi essa calamidade e o que ela está sendo já no Orçamento de 2025. Então, nós tivemos aqui um total de despesas, renúncias,



suspensões entre 2024 e 2025 de R\$ 801 milhões. Oitocentos e um milhões, gente, não é pouca coisa para um município que nem Porto Alegre; é muito, é um impacto muito grande. Bom, que impacto é esse? Então, 439 são as despesas de 2024; 150 são as despesas que remanescem em 25. Aqui nós temos aluguel social, nós temos estadia solidária, que estamos pagando ainda, nós temos obras que estamos fazendo para recuperar o sistema como um todo. Tivemos uma renúncia de receita do IPTU e da taxa do lixo de R\$ 120 milhões – também não é pequeno. E a suspensão da cobrança de água; todo mundo lavando tudo. Imagina quanta água se gastou. Ao fim e ao cabo, nos custou R\$ 92 milhões aquela isenção da cobrança da taxa d'água.

Por fim, as metas fiscais. Nós tivemos, no resultado primário, que é aquele que deduz as receitas e as despesas financeiras, nós tínhamos projetado R\$ 60 milhões; e tivemos um resultado de R\$ 35 milhões.

Já no nominal, onde está dentro de receitas financeiras, especialmente, nós tivemos um incremento no nosso resultado. Era previsto R\$ 59 milhões e conseguimos R\$ 208 milhões. Por quê? Porque dentro está a receita financeira. E o município tinha lá os seus recursos no giro, dos recursos que ele tem dele, de fundos etc., obteve ganhos financeiros dessas receitas, o que fez com que o resultado fosse melhor, bastante melhor do que era esperado.

É isso, pessoal. É uma matéria muito árida; eu não sei se todos já são iniciados nessa questão financeira, contábil, orçamentária, mas, de qualquer maneira, nós estamos aqui com a nossa equipe para responder a todas as perguntas. A apresentação fica disponibilizada também para quem quiser levar ou obter, ela já está no site – vamos botar depois no site. Então, todo mundo que quiser, a apresentação pode fazer uso dela. E ficamos todos aqui à disposição para eventuais questionamentos que queiram nos apresentar. Muito obrigada.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Muito obrigado, secretária Ana Pellini. Pergunto se algum vereador quer fazer alguma ponderação, algum questionamento nesse momento.

O Sr. Bruno Breyer Caldas está com a palavra.

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Tranquilo, a apresentação é da secretária Ana, e se houver qualquer dúvida nos casos não sejam da senhora, eu posso auxiliar.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Nossa contadora-geral, alguma ponderação?

**SRA. ALINE ALVES DA SILVEIRA:** Só agradecer a acolhida desta Casa e dizer que a contadoria está sempre à disposição, sempre que tiverem dúvidas, só nos procurar.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Obrigado. Sr. Fabiano, presidente do Previmpa, está com a palavra.

**SR. FABIANO PRATES BEHLKE:** Bom dia, vereador, presidente da Comissão. Na verdade, também me coloco à disposição, o Previmpa é um órgão que cuida da previdência dos servidores, tanto do Executivo quanto desta Casa. Então, estamos sempre à disposição para esclarecer as dúvidas que possam surgir. Obrigado.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Obrigado. O Ver. Ver. Tiago Albrecht está com a palavra.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Bom dia, Presidente; bom dia, vereadores componentes. Nosso sempre Ver. Airto Ferronato – ferro neles. Muito bem. Bem-vindos também o *staff* da Prefeitura, na pessoa da secretária Ana Pellini, cumprimento a todos, sejam bem-vindos; também as assistências aí, o pessoal que está nos acompanhando. Agradeço pela prestação de contas. Acho que a gente precisa fazer uma mea-culpa, Ver. Giovane, a gente tinha que estar na outra sala que tem a transmissão ao vivo pela TVCâmara, esses dados de transparência...

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** A comissão tentou...

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Ah, foi tentado?

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Não passa o retroprojetor lá, a apresentação.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Pois, ano passado... Não passa na transmissão?

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Problemas técnicos.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Tudo bem. Em todo caso, a gente tentou, vereador, porque é sempre importante o pagador de impostos ver, secretária, aonde está indo o dinheiro, enfim. Me alegra muito saber que a saúde financeira do Município não foi afetada, ainda que houve um que outro prejuízo, déficit. Mas me alegra muito saber que nós temos, secretário Caldas, uma saúde financeira também para olhar para frente. A gente até, em nível de Mesa Diretora está terminando ou ultimando os preparos para um concurso de fotografia, Ver. Ferronato, que V. Exa., já deve ter tocado muitas vezes aqui como integrante da Mesa. E esse concurso de fotografia, Ver. Byl, ele quer falar da catástrofe, mas a gente na Mesa falou que a gente precisa olhar para frente também. Então, uma catástrofe, todos vimos. Não é, diretor? Mas, olhando para frente, então, a gente pode também trazer um otimismo, e é o que interessa. Quer dizer, que a gente tenha soluções, que a gente tenha uma saúde financeira para enfrentar o que há de vir, o que está pela frente.

Quanto à apresentação, eu costumo brincar, Ver.<sup>a</sup> Natasha, que eu sou de humanas mas não vendo miçanga na praia. Eu, como de humanas, às vezes, alguns termos, algumas tecnicidades eu não compreendo, ou talvez seja também a dúvida de outras pessoas. Eu gostaria, se a gente pudesse voltar no

*slide* lá da transferência de capital, eu acho, ou gastos em capital. (Pausa.) Ali, acho que passou. Aí. Ali nas transferências de capital, especialmente da União, nós temos ali o SUS, que, de 2023 para 2024, saltou em 2 bilhões e 500 e tantos milhões, e o enfrentamento à calamidade, R\$ 15.823 bilhões. E está aqui um crítico do governo federal, mas eu não estou nesse momento ideologizando, estou realmente querendo entender, até porque houve muitos equipamentos públicos absolutamente dizimados com a enchente. O que significa essa transferência de capital? Isso é dinheiro? Isso é equipamento? Isso é remédio? Então, se a secretária ou talvez alguém pudesse ampliar um pouco para a gente... Porque lá no outro *slide* eu achei muito pouca a diferença de 3% a mais do repasse federal. Quem sabe voltar uma ou duas casinhas só para eu tentar ver se eu consigo me fazer entender. O Ver. Giovani está gostando, porque está rindo, quem sabe...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Não, mas vamos chegar lá, a gente é um colegiado de vereadores. Ótimo, também vou dar uma risada daí. É verdade. O SUS ali tem só 3,1% a mais. Esse é a corrente líquida, é grana na veia, é isso?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Então, de repente, faz esse apanhado, porque aqui apareceu três e lá depois me surpreendeu positivamente. É, a transferência de capital. Como falei, a minha ideia, apesar das risadas do Giovani, não é ideologizar. A minha ideia é entender bem o que se passou, porque é o dinheiro do pagador de impostos, se a senhora pudesse fazer essa transição. Obrigado.

**SRA. ANA PELLINI:** Claro, é muito boa a sua pergunta, Ver. Tiago, porque a gente dá oportunidade de abrir um pouquinho mais isso. É que, na parte corrente, nós temos transferências correntes e de capital. A parte corrente é para o custeio, propriamente dito. Então, é comprar remédio, comprar fralda... Vem o dinheiro para a gente comprar, mas, assim, é carimbado. Vem para comprar as fraldas, para comprar remédio, para comprar equipamentos e tal. Não é de maior valor, porque o que é bem pesado aí, é pessoal, e, pessoal, eles não pagam, pagam só esses materiais adicionais que vêm. A receita de capital veio para ajudar na reconstrução dos postos de saúde, das estruturas todas...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ANA PELLINI:** É onde deu o incremento mais significativo, porque nós recebemos recursos através daquele, eles têm lá o S2ID, é tipo um portal, onde nós inscrevemos todos os nossos postos de saúde, unidades, UPAs que tinham sido danificadas e precisavam de melhorias, inclusive melhorias, e tivemos sucesso nesse pleito que apresentamos e recebemos efetivamente os recursos. Alguns deles, a gente tem que dizer, também ainda estão em fase de aplicação, porque não é fácil reformar uma unidade de atendimento da saúde, tem que tirar as pessoas, parar o atendimento, é fila e tal. Então, isso ainda está produzindo efeitos na nossa estrutura de saúde. Mas, sim, o grosso dos recursos que vieram, vieram porque nós pedimos, vieram da forma que a gente pediu. Claro, a União não chega aqui...

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** São R\$ 22 bilhões, é isso? Entre SUS e SUS enfrentamento?

**SRA. ANA PELLINI:** É que o SUS normal também teve um incremento.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** R\$ 2,5 bilhões.

**SRA. ANA PELLINI:** Esse foi o SUS normal, digamos assim. E nós recebemos também muita gente da Região Metropolitana aqui. Então, também veio um dinheiro a mais, porque nós já estávamos, passamos a atender mais ainda a Região Metropolitana, e ainda estamos atendendo muita gente. Então, mesmo na normalidade, vieram mais recursos. E, no enfrentamento à calamidade, foram pedidos que o Estado fez de reforma de estruturas, recuperação, equipamentos que se danificaram, que a gente obteve sucesso, então, e recebeu o dinheiro nesse montante.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Então, o dinheiro nesse montante, secretária, seriam R\$ 27 bilhões e uns quebrados? É o 15 mais o 11, ou não?

**SRA. ANA PELLINI:** É milhões isso aí.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Isso é 15 milhões ou bilhões?

**SRA. ANA PELLINI:** Não; milhões.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Então, está errado lá em cima, valores atualizados em milhões, aí, embaixo, põe 15.8, seria 15 bilhões.

**SRA. ANA PELLINI:** Não; é 15.823; não é vírgula.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Bom, ainda assim tinha que estar, então.

**SRA. ANA PELLINI:** É que, assim, o nosso orçamento é de R\$ 12 bilhões, só para a gente ter uma ideia, R\$ 12 bilhões, então, no todo. Aí são R\$ 15 milhões que a gente recebeu para poder...

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Só R\$ 15 milhões para consertar tudo? Eu já estava até animado com o governo federal.

**SRA. ANA PELLINI:** Recebemos R\$ 15 milhões para recuperar os bens deteriorados e R\$ 2 milhões praticamente a mais, que veio na normalidade. Por quê? Porque a gente está também recebendo uma herança, atendendo mais pessoas.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Eu questiono isso, porque eu lembro que, logo após a enchente, foi feito um menu, até pela iniciativa privada, para que se adotassem os equipamentos. Teve um posto só na Ilha dos Marinheiros ou por lá, um posto de saúde eram R\$ 8 milhões. Então, com R\$ 15 milhões, você não...

**SRA. ANA PELLINI:** Não, não faz muita coisa, não vai muito longe não.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Por isso que eu estava impressionado, porque lá em cima, em milhões, aí eu, erroneamente, vi ali e achei que eram R\$ 15 bi. Eu pensei, opa, R\$ 15 bilhões já dá para fazer alguma coisa. Então, peço desculpas.

**SRA. ANA PELLINI:** Só para o senhor ter uma ideia, o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, que, em tese, está se pensando em construir, são R\$ 300 milhões, um hospital inteiro, todo equipado. Não, mas, enfim, são recursos que a gente recebeu.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Não dá para abrir mão, não é? Tem que aceitar o que vem.

**SRA. ANA PELLINI:** Não, não, não dá para abrir mão. E, realmente, nós acabamos recebendo muita gente de fora de Porto Alegre também aqui para

atender na própria enchente, porque a nossa estrutura ainda era mais robusta e continuamos recebendo gente de fora de Porto Alegre para atender aqui, o que pesa muito nos nossos gastos.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Obrigado, Ver. Tiago Albrecht. Ver.<sup>a</sup> Natasha Ferreira.

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** Bom dia, presidente. Bom dia, secretária, os demais integrantes aqui do governo, da gestão pública em Porto Alegre. Eu sou a Natasha Ferreira, sou a vereadora e líder do PT aqui na Câmara, e não quero ficar nesse jogo de ideologia, porque acho que a enchente é uma tarefa em conjunto de todos nós olharmos para a cidade de Porto Alegre e tentar reconstruir. Tenho uns dados aqui, na verdade, do governo federal, e acho que esses dados destoam desses dados aqui. Mas aí é muito mais uma questão de dado técnico mesmo.

Eu acho importante a gente fazer essa discussão de uma forma mais, digamos assim, pegando os números e sabendo o que, exatamente, entrou rápido em Porto Alegre, o que vai entrar com o decorrer daqui a pouco deste ano e ano que vem também. Em recursos novos ao cidadão, entre auxílio à reconstrução, novas inclusões do Bolsa Família e seguro-desemprego: a gente teve só em novas inclusões do Bolsa Família mais de R\$ 3,5 milhões; seguro-desemprego, R\$ 2,6 milhões. Isso vindo tudo do governo federal, injetado diretamente da União. E o auxílio à reconstrução, R\$ 412 milhões. Vou apresentar aqui uma série de dados, e depois vocês podem fazer anotações. É que não sei se isso entrou diretamente ao cofre ou como, de fato, ele está entrando. Antecipações ao cidadão, mais de R\$ 1,8 bilhões. Também tem os apoios às empresas, que não sei se apareceu aqui: produtores rurais, créditos de empresa, passou de R\$ 911 milhões aqui no Estado. E a reconstrução de novas empresas, que não sei se consta aqui também, R\$ 154 milhões do governo federal. E alguns dados mais rápidos, porque depois posso deixar esse papel com vocês. A Defesa Civil teve uma injeção de R\$ 63 milhões; a assistência social, mais de R\$ 6,5 milhões;



educação, R\$ 14 milhões; e a saúde, R\$ 111 milhões. E o aval de crédito para o Município, para o Estado, foi de R\$ 3,5 bilhões. Tenho algumas perguntas para fazer, tentando entender mais os públicos alvos da cidade de Porto Alegre. Sei que teve a questão do IPTU das áreas que foram, de fato, alagadas. Mas temos uma série de elucidações que precisamos fazer. Secretária, a senhora disse que alguns serviços foram contratados, só não disse quais. Acho que você citou a questão do DMAE, salvo engano. E acho que essa apresentação revela qual a importância do DMAE seguir sendo público, porque, se na calamidade, o DMAE deu conta, sabemos que tem o desejo dessa gestão atual de privatização dessa autarquia, que tinha um superávit, e num ano fora da curva, um ano excepcional, o DMAE deu essa resposta ao Município. Tomara que o prefeito Sebastião Melo tome a luz da ciência daquilo que o DMAE representa para a cidade de Porto Alegre e não siga com essa ideia de privatização.

Sobre o aumento das pessoas em situação de rua, a política de assistência social, por exemplo, desses números e dados, qual é o investimento do Município e qual é o planejamento do Município? Porque temos esse aumento considerável. Temos acompanhado esse aumento das pessoas em situação de rua, agora teve uma decisão da gestão de ter lixeira onde as pessoas, os catadores não conseguem, de fato, fazer uma reciclagem. Mas não sei quais são as políticas, não sei se tem ainda os CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, os CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua –, onde essas pessoas estão, como o governo tem lidado com isso, mas qual é a gestão financeira, quanto de recurso, de aporte municipal o Município tem, de fato, empregado.

Aqui eu ia fazer algumas perguntas, secretária, sobre políticas para as mulheres, para a população LGBT, da promoção da igualdade racial, mas, se tratando de um ano de exceções, eu sei que essa não é a linha desse governo, eu vou deixar com que essas perguntas, de fato, não sejam aqui respondidas. Eu posso depois fazer um pedido de providência, de informações ao Executivo perguntando, porque essas populações seguem vulneráveis na cidade de Porto

Alegre e ampliaram após as enchentes. Então, seria interessante a gente tentar entender. E esse número do DMAE, ele diverge do número do CORES-DMAE, que é o conselho do DMAE, inclusive não tem esse número aqui. Eu não sei se esse número aqui de vocês é desde as enchentes?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** É contábil?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** Então, ali, o déficit do DMAE foi de 282, e o déficit do governo local aqui... Aqui tem uma matéria do jornal Zero Hora falando do déficit de R\$ 430 milhões. Vocês somam os dois e torna-se um déficit só. Por hora, basicamente, é isso. Eu quero fazer só um apontamento que eu acho que é algo que nós, da oposição, a gente tem disposição de conversar com a gestão. Vocês viram que a injeção ali, Ver. Tiago, no SUS, foi grande, mas ela foi insuficiente para resolver as nossas questões aqui da cidade de Porto Alegre. Vereador Giovane, a gente viu que o nosso ministro da Saúde, Alexandre Padilha, esteve aqui no GHC e anunciou uma série de novas construções e de novos recursos para a saúde, inclusive reduzindo o tempo da fila de espera para as pessoas que tratam câncer, por exemplo, em Porto Alegre, e se colocou à disposição do secretário de Saúde, o Ritter, para que o prefeito busque conversar com o ministro da Saúde para buscar mais recursos para o SUS aqui em Porto Alegre. Mas isso também é uma falha, eu acho, da gestão, quando vocês apostam na terceirização dos postos de saúde, em empresas que gerem os postos. Ou seja, o funcionalismo é cada vez mais massacrado na cidade, com empresas que não conseguem dar resposta e conta. Quando chega uma calamidade, a injeção no SUS, por mais que tenha dinheiro, a gente não tem uma qualificação dos profissionais que estão na ponta. E eu quero pedir a vocês que conversem com o nosso prefeito aqui da cidade, com a vice, porque eu acho

que tem que ter concurso público e tem que ter funcionário que seja da saúde pública. Nós precisamos qualificar o SUS, e não se qualifica o SUS entregando para uma empresa privada; se qualifica o SUS apostando no sistema público. Inclusive, o ministro veio aqui no GHC, e todo o aporte é para o sistema público de saúde. Em nenhum momento ele disse que nós vamos terceirizar o GHC e vamos tratar a oncologia com uma empresa estadunidense, da China... Não. Nós vamos tratar o SUS com o aporte público, e vai ser público e vai ser para o povo. Eu acho que isso seria fundamental em um processo de reconstrução da cidade, a gente ter esse olhar de uma máquina pública, que ela seja maior, mas ela seja maior para quem mais precisa, seja para as pessoas que estão catando lixo na rua, que precisam de um médico no posto de saúde, mas que precisam dessa cidade reconstruída. E contem com a bancada do PT para que a gente possa buscar cada vez mais recursos federais. Inclusive, agora, na COSMAM, o ex-secretário que estava junto com o ex-ministro Paulo Pimenta, o Maneco, está ali dando um relatório sobre os investimentos do governo federal na saúde pública de Porto Alegre. Inclusive, depois eu vou pegar esse relatório para que a gente possa somar aqui. E eu também queria solicitar ao Presidente que a gente tivesse uma audiência com os auditores fiscais da cidade de Porto Alegre para a gente tentar entender exatamente onde essas contas estão batendo, porque acho que há algumas divergências, principalmente aqui com a questão do DMAE. Muito obrigada.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Natasha.

**SRA. ANA PELLINI:** A senhora relatou uma série de itens, de receitas, ou na verdade, de aportes que vieram do governo federal e que vieram diretamente para as pessoas, não passaram pelos cofres do Município. Exemplo, Bolsa Família, Auxílio Reconstrução. Tudo isso foi canalizado pelo governo federal. Tudo isso foi canalizado diretamente para os beneficiários, sem passar nos cofres do Município, portanto, não entram no nosso balanço. Só salientando o que estamos fazendo aqui hoje, nós estamos apresentando as contas contábeis

do balanço de 2024. É isso. Então, não nos cabe aqui nem trazer outros dados que não entraram nos cofres municipais, assim como debater questões, digamos, de ideologia ou de posição com relação à melhor gestão da máquina pública. A senhora pediu também a questão dos serviços contratados. Que serviços foram esses? Bom, na sua maioria, estavam vinculados à limpeza, porque a cidade ficou embaixo de lixo. Quando as águas começavam a baixar numa rua, nós tínhamos toda uma força-tarefa para que isso se desse o mais rápido possível, e se deu muito rápido aqui em Porto Alegre, para que tivesse o recolhimento dos lixos, ajudar as pessoas a tirar de dentro de casa as coisas que estavam em desuso, levar aquilo para um lugar correto. Nós tínhamos vários bota-esperas aqui, se não me falha a memória, oito bota-esperas, que eram terrenos onde a gente fazia o primeiro recolhimento dessas montanhas de lixo, levava lá para depois dar ao destino final. E isso era uma, duas, três, cada vez que passava numa rua, tinha que passar de novo e tinha que passar de novo, porque as pessoas botavam mais coisa fora. E quando falamos coisa fora, é desde carne, arroz, cama, colchão, armário, então era uma coisa terrível de atacar. Tudo isso, o Município contratou, serviços contratados, evidentemente, sob a gestão pública, sobre a requisição pública, sobre a fiscalização pública, todo o controle público, mas quem fazia os caminhões que recolhiam o lixo, quem os dirigia, os garis que botavam para dentro, alguns eram nossos e outros contratados, um contrato com a Cootravipa foi excelente, porque eles botaram muita gente a mais do que o normal para que isso pudesse ocorrer. E na medida em que baixava a água num local, entrava toda uma força para limpar, desentupir o bueiro, enfim, deixar a cidade minimamente em condições de ser habitada, sob pena, inclusive, de ter doença, porque se deixasse aquele... Primeiro, questão emocional, a pessoa saía de casa e dava com aquela montanha de lixo, móveis quebrados, os seus móveis, as suas fotografias, e também apodrecendo. Então, havia essa necessidade de muita contratação de serviços. Na verdade, nós contratamos tudo que estava à disposição para ser contratado, porque, na época, todo mundo estava contratando. Canoas contratava, Eldorado contratava, o Estado todo. Então, era uma disputa muito grande por

retroescavadeira, por todo equipamento para que a gente pudesse fazer o enfrentamento que foi feito naquele momento. Aí contrata o bota-espera, aí depois do bota-espera, retira aquilo e leva para o destino final. Tudo isso foram contratos que foram feitos para que pudesse... Abrigos. Os abrigos também tivemos muitos contratos para atender. Chegou uma ocasião, eu não tenho certeza do número, talvez o Bruno me ajude, mas nós tínhamos em torno de 13 mil pessoas abrigadas, eu acho. Chegou a um ponto...

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Os nossos, que nós acompanhávamos, eram mais de 10 mil, mas o que nós sabemos indiretamente passaram de 20 mil pessoas desabrigadas.

**SRA. ANA PELLINI:** Então, isso eram contratos, porque esses locais tinham que ser limpos, esses locais tinham que ser abastecidos. Tudo isso ensejou esse monte de contratos, esse monte de despesas que nos levaram a um déficit que não é usual no Município de Porto Alegre. Somado o DMAE, que foi parte integrante, contratando hidrojato, lava-jato e tantos outros equipamentos necessários para que se pudesse fazer o enfrentamento. Então, tivemos esse déficit de R\$ 438 milhões, que foi decorrência, exclusivamente, da enchente. Não tivesse tido enchente, nós não teríamos tido déficit. Bom, as pessoas em situação de rua, também isso escapa da nossa apresentação aqui, não é o nosso foco. O orçamento dessa questão social, para este ano, é de R\$ 450 milhões. Não é pouca coisa que nós estamos investindo em assistência social.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ANA PELLINI:** Em 2025. Da cidade. R\$ 450 milhões. É bastante recurso, é algo necessário. Necessário é a palavra que a gente vai poder usar, porque a gente conhece o País em que vivemos, o nosso Estado não é o pior, a nossa cidade não é a pior, mas a gente enfrenta problemas sociais, históricos que têm que ser enfrentados, e para enfrentar precisa dinheiro.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Secretária, se me permite. Ver.<sup>a</sup> Natasha, a questão da Fazenda é mais da execução. Então, quando vier, por exemplo, o secretário Schirmer, que é mais da parte de planejamento, ele poderá ser questionado mais do ponto de vista de escolhas políticas: por que R\$ 450 e não R\$ 800 milhões na FASC, por exemplo. Eu acho que a Fazenda não tem amiúde o porquê das escolhas. Só para ajudar a ilustrar, inclusive, o trabalho da CEFOR.

**SRA. ANA PELLINI:** Ótimo. E, por fim, a senhora disse que gostaria que auditores fiscais viessem aqui para dar explicações, é isso?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ANA PELLINI:** Na verdade, toda a equipe da Fazenda está à disposição desta Casa; no momento que quiserem, estarão aqui. Só que os auditores fiscais são os encarregados da fiscalização tributária. Podem vir, mas seria mais adequado chamar os responsáveis pelo gasto mesmo, que são os auditores de controle interno, que fazem esse papel lá. Mas quero lhe dizer que toda a equipe da Fazenda está à disposição de todos os vereadores a qualquer momento, para prestar as informações que se fizerem necessárias.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Obrigado, secretária Ana Pellini. O Ver. Giovanni Culau está com a palavra.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Muito obrigado, presidente. Cumprimento a ti, as minhas colegas Natasha, Mariana Lescano, o meu colega Tiago Albrecht. Quero cumprimentar as representações do governo através da secretária Ana Pellini e também do nosso grande amigo Airo Ferronato. Sem dúvida alguma, poder ter convivido contigo aqui na Câmara ao

longo de dois anos foi motivo de muito aprendizado para mim, que sou um dos vereadores mais jovens desta Casa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Estamos combinando. Você é gremista, Ferronato? A alegria do Ferronato é a minha tristeza. (Pausa.) Obrigado, Ferronato. Quero poder me apresentar em especial a ti, secretária, mas ao conjunto do governo. Eu sou cientista social de formação, vereador eleito na titularidade pela primeira vez nessa última eleição, mas, desde 2023, vereador nesta Casa. Passei pela Comissão de Urbanização, pela Comissão de Educação e, agora, ocupo aqui a CEFOR na condição de vice-presidente, ao lado, na condução dos trabalhos, do Ver. Giovane Byl. Apesar de ser cientista social de formação, tenho feito um esforço bastante grande para atuar aqui nesta comissão com as melhores condições possíveis. Quero poder, presidente, começar o nosso debate fazendo um questionamento, porque não me sinto satisfeito com os anúncios públicos feitos pelo governo em relação aos motivos que nos fazem ter esta audiência sobre as metas fiscais acontecendo posteriormente ao prazo apontado pela legislação. A Lei de Responsabilidade Fiscal, presidente, nos aponta que é até final de fevereiro que o governo deve apresentar os resultados do último quadrimestre do ano anterior e, por consequência, também a finalização do ano. A ausência do prefeito na cidade no final de fevereiro não me parece não só não ser motivo suficiente, como não ter amparo na legislação. Inclusive, o prefeito não se faz presente aqui na audiência neste momento. Faço esse questionamento, porque gostaria de compreender de fato as razões que fazem com que nós não tenhamos, em Porto Alegre, respeitado a Lei de Responsabilidade Fiscal nesse quesito. Não sei se é esse microfone que está muito alto. Deixa eu substituir por esse aqui, Tiago. (Pausa.) Perfeito. Essa é a minha primeira questão, meu primeiro questionamento. Eu também gostaria de fazer uma solicitação, porque foram apresentados – e eu compreendo as razões – os dados e os valores agregados

de 2024, é a finalização do ano. Mas eu gostaria de solicitar também os dados do quadrimestre, do último quadrimestre, para que a gente possa, então, fazer a comparação das evoluções quadrimestre a quadrimestre, porque, da forma como foi apresentado, os resultados estão diluídos ao longo do ano. Então, é um pedido que eu faço, presidente, para que seja remetido aqui à nossa comissão os dados específicos do último quadrimestre. Não consta na apresentação, gostaria de fazer a solicitação aqui, não sei se é possível já ter uma resposta de pronto, mas, do contrário, presidente, eu gostaria que fosse a título de pedido de informação também desta comissão, mas eu gostaria de ter os dados sobre os custos gerais com renúncia fiscal no Município. Foram apresentados aqui os dados relacionados às políticas aprovadas na Câmara, vinculadas às respostas da cidade, fruto da tragédia e das enchentes que nós vivemos. Mas as renúncias e os gastos do Município com renúncia fiscal, eles não são relativos somente à renúncia de IPTU ou das contas de água que foram colocadas aqui. Então, eu gostaria de ter os dados sobre o conjunto dos gastos com renúncia fiscal que Porto Alegre teve ao longo de 2024. Na verdade, se for possível ter 2021, 2022, 2023 e 2024, como em determinado momento foi colocado aqui de forma comparativa, considero ser o mais adequado para a nossa análise, enquanto Comissão de Orçamento e Finanças. Posso estar equivocado, mas não me parece ser obrigatório, por mais que o governo federal já execute a apresentação pública de quem são os beneficiários e beneficiárias, em especial as empresas, das renúncias fiscais do Município. Consulto se a Prefeitura de Porto Alegre tem a intenção de tornar público, com transparência, os dados sobre os beneficiários. E volto a dizer, não me refiro fundamentalmente àquelas políticas que foram aprovadas na Câmara como resposta aos atingidos pelas enchentes. Minha principal dúvida, porque é aqui que reside o meu desconhecimento e, na minha opinião, precisamos dar mais transparência, são as demais renúncias feitas pelo Município.

Por fim, tenho mais duas perguntas e, depois, uma consideração final. Nós tivemos aqui a apresentação dos investimentos em educação apresentados. A educação é uma questão muito importante na minha trajetória, eu que comecei



a minha atuação no grêmio estudantil, da escola pública em que estudei. Nós tivemos aqui a apresentação de que, em 2021, nós não tivemos os investimentos nos mínimos constitucionais, em razão da pandemia. Se eu não estiver equivocado, em 2020, também não se executou as obrigações mínimas constitucionais, e isso foi motivo de um acordo, junto com o Tribunal de Contas, também da compensação desses valores nos anos seguintes. Então, aqui a secretária apresentou que o governo tem executado os compromissos que dizem respeito à nova legislação, que aponta que os mínimos constitucionais não podem considerar os gastos com aposentadoria dos servidores e servidoras, mas eu consulto se o não cumprimento, ao longo de 2020 e 2021, já foram compensados nos anos seguintes ou se ainda existem parcelas a serem executadas desses pagamentos.

Por fim, secretária, também na condição de uma representação que responde, neste momento, em nome do governo, nós tivemos, presidente, ao longo de 2024, debates intensos aqui na Câmara sobre exatamente as respostas que daríamos às enchentes. Nós tivemos uma primeira proposição do Executivo enviada para a Câmara que apontava renúncias, ou seja, isenção de IPTU, também o tema das contas de água, não, contas de água não estavam previstas na proposta inicial, acho que o ISS estava, por apenas dois meses. Esta Câmara percebeu o equívoco do governo na proposta enviada naquele momento, alterou as propostas feitas pelo Executivo com profundidade, isso foi motivo de vetos por parte do prefeito e apresentação de uma nova proposta, aí, sim, mais completa, minimamente compatível com as demandas da cidade, com os debates feitos na Câmara, e apontou, então, isenções e renúncias fiscais até o fim de 2024. E a justificativa dada pelo prefeito, naquele momento, não foi apontar que aquilo era o suficiente, mas apontava a sua responsabilidade, enquanto um prefeito que teria o seu mandato encerrado no final do ano, que era só até ali que ele enviaria as proposições e que, bom, diante do novo governo, haveria, então, de se fazer uma nova discussão sobre a manutenção dessas renúncias ao longo de 2025, para que se fosse capaz efetivamente de dar as respostas que a cidade, sejam moradores, moradoras, comerciantes,

precisam. Então, a minha última pergunta é se o governo pretende, visto que inclusive se trata de um governo reeleito – então que acompanhou todas essas discussões que eu narro – dar continuidade a determinadas políticas de isenção e de renúncia fiscal tão importantes que nós conquistamos aqui na Câmara, que foi uma conquista da cidade. Então, não constou no debate inicial e, por isso, provoço aqui o debate, se exigirá algum debate no governo em torno deste ano de 2025, eventualmente 2026, e cito 2026, porque, Ver.<sup>a</sup> Natasha e Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano, as isenções que, em um primeiro momento, a Câmara aprovou e, depois, o prefeito vetou, iam até 2026, e os vetos foram pelas razões que trouxe aqui. Feitas as minhas perguntas, quero só fazer uma consideração, de forma muito respeitosa, também dialogando com o meu colega Ver. Tiago, as minhas reações individuais que tu tornaste públicas – e somente por tu teres as tornado públicas eu faço essa consideração aqui – é porque, por vezes, eu vejo, Ver.<sup>a</sup> Natasha, uma tentativa de responsabilização do governo federal. E percebi depois que não foi isso que tu pretendias, mas a minha reação individual tem relação com isso, porque por vezes busca-se responsabilizar o governo federal pelas dificuldades. Os dados demonstram, não vou falar em números absolutos, mas sim em proporções, os dados mostram que o crescimento das contribuições do governo federal é exponencialmente superior às contribuições dadas pelo governo estadual. Ainda que nos dados apresentados, e está correta a posição apresentada pela secretária, sequer se refiram aos dados e investimentos diretos do governo federal, como é o caso das políticas de garantia de moradia, como é o caso do benefício direto ao cidadão a partir do auxílio reconstrução, como é o caso, inclusive, dos mais de R\$ 6 bilhões que serão investidos na recuperação da drenagem de Porto Alegre, do Estado, da região metropolitana; e não só na recuperação da drenagem, mas na ampliação da política de drenagem. Porque esses mais de R\$ 6 bilhões, Ver. Tiago, não entram por recursos diretos para a Prefeitura, eles entraram num fundo construído e conduzido junto com o governo estadual. E imagino, inclusive, eu, que esses dados de crescimento na própria saúde são e serão superiores aos apresentados, e muito provavelmente ainda serão aplicados ao longo de 2025, porque, vejam, o governo federal já assumiu

o compromisso, por exemplo, Ver. Tiago, de reconstruir a unidade de saúde – tu citaste a unidade de saúde das ilhas – do Lami, que é lá do Extremo-Sul, que foi completamente destruído. E também é um valor que gira em torno de R\$ 10 milhões, só para essa unidade de saúde, e o governo federal vai garantir. Então faço essa consideração para concluir dizendo que o que mais me chama a atenção nos dados, e, inclusive, é isso que justifica o déficit, na minha opinião, é um reconhecimento que esta Câmara precisa fazer, que a cidade precisa fazer, e que eu imagino que o Executivo já esteja fazendo – e que, se não faz, precisa fazer –, é que a emergência climática que nós vivemos custa caro. Então, nós precisamos mudar o nosso paradigma de gestão pública, de condução das políticas públicas. Um estudo recente desenvolvido pela UFRGS demonstrou, Ver.<sup>a</sup> Natasha, que a cada R\$ 1,00 investido em monitoramento, em previsão de eventos climáticos, significa uma economia de R\$ 17,00 a R\$ 28,00 nos custos da reconstrução. E eu lamento muito, e agora sim vou concluir, eu estava aqui nesta Casa quando, em 2023, nós votamos o orçamento de 2024, e eu insisti que as prioridades colocadas no orçamento não refletiam os desafios da cidade. No orçamento, por exemplo, de 2023 para 2024, Ferronato, nós reduzimos em Porto Alegre, pela proposta do prefeito Melo, os investimentos em monitoramento ambiental. E eu volto a dizer que o estudo aponta que a cada R\$ 1,00 investido em monitoramento, em previsão, é uma economia de até R\$ 27,00, R\$ 28,00 do que é gasto em reconstrução; porque reconstruir é mais caro do que prevenir. E parte dos investimentos que Porto Alegre tem feito na reconstrução, no meu entendimento, é uma reconstrução que não aprende com o que nós vivemos. Eu estava, esses dias, em diálogo com a Secretaria do Meio Ambiente e com o Escritório de Reconstrução, a reconstrução da Orla de Ipanema, por exemplo, que tem recebido altos investimentos públicos, não é uma reconstrução resiliente, não pensa o desafio de eventuais novos eventos climáticos na cidade. Não é uma reconstrução que é desdobramento de um plano que nós precisamos ter de prevenção às enchentes na Zona Sul e Extremo-Sul da cidade. Então, nós precisamos aprender com o que Porto Alegre viveu e aprender precisa significar compreender que a emergência climática

custa caro. Se nós reconhecermos isso, nós vamos investir mais em prevenção e em estruturas resilientes para que, no futuro, eventuais novos eventos não custem tão caro como, infelizmente, nós temos vivido, não só do ponto de vista das finanças públicas, mas, acima de tudo, do ponto de vista social, porque as pessoas seguem vivendo as consequências do que vivemos no ano passado. Obrigado.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Muito obrigado, Ver. Giovanni Culau. A secretária Ana Pellini está com a palavra.

**SRA. ANA PELLINI:** Bom, o prazo, quanto ao prazo da apresentação, vereador, a gente teve muitas dificuldades aí decorrentes da própria enchente, tivemos problemas ali, enfim, de logística de pessoal, etc., e também do nosso sistema contábil, que é novo, o primeiro ano de um sistema totalmente modificado, como foi o caso, o Siafi. Abandonamos sistemas, digamos, mais atrasados tecnologicamente, migramos para um integrado melhor, e a adaptação sempre é assim. Contabilidade é algo que tem lá as suas próprias características, né? Na hora de fechar o balanço, a gente demorou um pouquinho mais do que se esperaria, em função da adequação a esse novo sistema. Tivemos os dados apurados, tivemos que fazer alguns ajustes, e, por isso, o prefeito pediu que a gente aguardasse este momento, qual seja, quando já tivéssemos certeza de todas as conciliações feitas, de tudo ajustado, para poder apresentar aqui. Então, eu atribuo essa mudança de prazo mais em decorrência de rescaldos da implantação do novo sistema de contabilidade, com conciliações que tivemos que fazer, mas estão totalmente superados agora, e a gente pode dar garantia de tudo o que está falando aqui.

Bom, quanto aos dados do último quadrimestre, eu gostaria que a Aline ficasse encarregada, então, de mandar para cá, comparativamente. Ele gostaria de ter os mesmos dados por quadrimestre, para comparar a evolução, e não tem nenhum problema da gente mandar.

Bom, os custos com renúncia fiscal 2024, comparativamente, desde 2021, pelo que eu entendi aqui, o senhor quer que seja global ou se retire os benefícios decorrentes da calamidade?

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Secretária, podemos ter as duas informações, tanto os específicos quanto em separado.

**SRA. ANA PELLINI:** Quem foram os beneficiários da renúncia fiscal, não em decorrência da enchente? Claro, porque a gente teve, na renúncia, muitas pessoas, enfim, pessoa física, então também é algo que eu anotei aqui porque o que o senhor pediu. As despesas com a educação 2020, 2021, se foram compensadas em 2022 e 2023? Aí o Bruno me alertou que isso, sim, foi compensado, houve um acordo, né?

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Só um parêntese, foi feita uma emenda constitucional permitindo, e aí os municípios teriam que compensar. A gente conseguiu compensar dentro do prazo, que era em 2022 e 2023. Isso daí não foi problema.

**SRA. ANA PELLINI:** Tu tens alguns dados de renúncia fiscal, né?

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Sim, na LDO, para 2025, está estimado em torno de R\$ 132 milhões de renúncia fiscal. Inclusive, foi aprovado aqui na Câmara no ano passado, está lá na pág. 61 da LDO, conforme a minha assessoria passou; boa parte desses R\$ 132 milhões, em torno de R\$ 90 milhões, é renúncia do IPTU referente à calamidade – parte IPTU referente a aposentados e parte referente ao transporte coletivo seletivo. Então, estão na LDO, se vocês quiserem analisar.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Mas ainda assim, em relação aos dados de 2021 a 2024, há um compromisso do envio aqui para a Câmara.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Perfeito.

**SRA. ANA PELLINI:** Bom, então, as despesas com educação foram compensadas. Se o governo pretende encaminhar uma nova isenção fiscal, não é matéria aqui da nossa audiência, estou aqui apresentando os dados, questões de decisão política é com o prefeito, então, eu não poderia lhe informar.

Foi muito falado aqui nos repasses do governo federal, e a gente vê com muito bons olhos, nossa, eu fico muito feliz que o governo federal esteja olhando para o Rio Grande do Sul e para Porto Alegre, mas, Ver. Giovanni, o senhor sabe quanto de impostos do nosso Estado nós ficamos aqui? Ou seja, de toda a massa tributária, da contribuição dos nossos cidadãos, ficam no Estado? Cada R\$ 1,00 que as pessoas contribuem, R\$ 0,23 ficam aqui e o resto vai para o governo federal, para redistribuição, fundos de participações e tudo mais. O senhor não acha mais do que justo que, quando o Rio Grande do Sul é assolado por uma calamidade, como aconteceu, o governo federal viesse aqui e ajudasse muito mais, inclusive, do que ele ajudou, considerando, inclusive, isso? Nós somos fonte de recursos para o governo federal para distribuir para outros Estados, e nós não estamos discordes disso. Está tudo muito certo. Cada um real de contribuição do nosso cidadão, R\$ 0,23 ficam aqui e R\$ 0,77 vão embora. Isso é constitucional, nós não estamos questionando isso. Nós só estamos dizendo o seguinte, o senhor e a Ver.<sup>a</sup> Natasha disseram que ele mandou isso... Muito bom, que bom que ele se deu conta que, de repente, o Rio Grande do Sul precisava de um retorno de tudo aquilo que ele manda para o governo federal a cada período. Então, muito bom, muito obrigada, governo federal, por ter nos ajudado, a gente está muito feliz e agradecido, nós não somos mal agradecidos, agora, tendo em vista tudo aquilo que o Rio Grande do Sul sempre contribuiu para o País, nada mais justo que, quando a gente fosse assolado, tivesse ainda mais. É pouco, vereador, é pouco o que nos ajudaram.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Obrigado, secretária Ana Pellini. O Ver. Giovani está com a palavra.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Muito rapidamente, presidente, secretária. Fiquei um pouco confuso sobre se, na manifestação da secretaria, há um limite no debate técnico ou uma disposição ao debate político. Eu acho justo o debate político e é, na minha opinião, o esperado. Afinal, a secretaria aqui representa o governo e nós estamos numa Casa do debate político. A senhora conclui a sua manifestação fazendo comigo um debate político, passando a sua visão, inclusive, sobre a atuação do governo federal. Eu não acho que há razões da senhora, inclusive, agradecer o governo federal. Acho que o governo federal precisa cumprir com as suas obrigações. O que mencionei aqui é que, por vezes, o governo federal é apontado como o responsável por uma espécie de descaso com o Rio Grande do Sul. E não foi isso que nós vivemos. Não foi isso que nós vivemos em razão dos dados apresentados por mim e pela Natasha, mas também pelos dados apresentados pela própria Prefeitura, que demonstram a evolução das transferências. Então não considero sequer que devamos agradecer, porque eu considero que é obrigação, e considero que deve ser feito muito mais. Mas eu não tenho dúvida de que o governo federal tem tido um destaque na atuação, nos esforços da reconstrução do Rio Grande do Sul. Mas esse é um debate político, então, pela posição que a senhora apresentou, imagino que nós não vamos evoluir. E eu quero pedir, então, presidente, que em algum momento... Eu fico até surpreso, porque a Secretaria da Fazenda é uma secretaria técnica, mas também política, mas que nós possamos, em outro momento, então, convidar outras secretarias para que a gente possa fazer a discussão sobre a evolução das políticas de isenção que ficaram apontadas para serem realizadas após a eleição do novo governo. Muito obrigado, esse é o pedido que eu faço.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Obrigado, Ver. Giovani Culau. Pergunto se o governo tem mais alguma ponderação. Secretário Bruno?

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Eu queria, primeiramente, só agradecer a participação dos vereadores, a participação do pessoal aqui também na comissão. Informar que a execução orçamentária que a Fazenda apresentou cumpriu com todos os pré-requisitos constitucionais de despesas em educação, saúde e, inclusive, dentro dos limites também de pessoal e de endividamento. É importante frisar isso. O ano de 2024 foi um ano difícil, deficitário, com todas as questões políticas envolvidas, por causa, além da enchente, da própria eleição. E, mesmo assim, a Secretaria da Fazenda conseguiu entregar um resultado dentro do equilíbrio fiscal com despesas em dia. Isso não significa que os próximos anos serão fáceis. A calamidade deixou sequelas na produção econômica, que naquelas regiões alagadas está em declínio. Deixou sequelas, também, na perda de renda das pessoas, durante o ano passado, e que neste ano muitas pessoas, mesmo com algum auxílio, ainda possuem dificuldade para reconstruir as suas vidas, reconstruir seus imóveis. E nós já notamos algo, assim, na execução deste ano, em termos de despesas e receita. Então, fica o aviso para que saibamos que em 2025 e 2026, qualquer auxílio é bem-vindo. Quanto mais, aí nesse caso, sempre melhor, seja governo federal, seja governo estadual.

Na nossa opinião é que, sim, no ano passado foi insuficiente, mas o dinheiro sempre pode vir, seja em 2025, 2026. E, se vocês puderem nos ajudar, até solicitando para o governo federal mais recursos, serão todos muito bem-vindos.

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** Rapidamente, também, quero aqui agradecer a disposição de todos vocês. E só uma questão que aqui não foi falada também. A gente teve a suspensão da dívida do Estado por três anos, e tem um fundo aqui de participação do Estado. Esse fundo, de fato, não está aqui apresentado, porque aquele valor... Não, exatamente, mas, como o Estado injeta esse dinheiro em Porto Alegre, por exemplo, na questão fiscal? Entendeu?



(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** Então, assim, não, só um pouquinho, mas ele tem um fundo de participação dos municípios, vereadora, entendeu? O Município de Porto Alegre tem que, de fato, administrar, porque eu entendo que é questão insuficiente do governo federal. Eu acho que, se nós fôssemos fazer, de fato, um aporte financeiro, seria maior, mas os aportes foram diretamente feitos às pessoas, como antes eu perguntei. Isso aqui era despesa direta? E vocês me disseram que sim, os números aqui que eu dei para vocês, quando eu fui narrando aqui as questões, enfim, das bolsas, da reconstrução das empresas, por exemplo. Agora tem a suspensão da dívida aqui com o Estado. Por três anos, o Estado vai ter muito dinheiro, tem um fundo de participação dos municípios, e, em nenhum momento, pelo menos ali, eu não entendi mais, na questão técnica, onde esse dinheiro do Estado está. Porque, se o Estado investiu menos que a União e ele está com mais dinheiro agora, eu só queria saber mais ou menos a mesma coisa. Não precisa responder agora, mas eu gostaria saber, depois, basicamente, onde está esse fundo de participação do Estado com os municípios.

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Posso? Tranquilo. O FPM é um rateio do dinheiro federal em nível municipal. Então, esse é direto federal-municipal, oriundo de impostos. Esse daí é diferente da dívida da União. Então, no FPM, ano passado, teve um rescaldo da calamidade que estava ali, incluído como receita. Não era um valor elevado, mas estava ali. Só que as nossas receitas diretas, advindas do governo federal, são baixas justamente porque o governo federal fez muita coisa direto. Por exemplo, auxiliou Conceição, que é o Hospital Federal; auxiliou o Clínicas, Hospital Federal, fez, via Caixa, repasse dos auxílios. Então, não é auxílio que entrou no nosso orçamento. Por quê? Porque faz todo sentido fazer direto, não precisava passar para nós. Agora, para a reconstrução específica da cidade, que é o bota-espera, que é toda a

macrodrenagem, que são despesas pesadas, esses recursos deveriam entrar via município. Então, eles fizeram o quê? Fizeram um PAC e nos credenciaram nesse PAC. Só que, desse PAC, o recurso ainda não entrou. Esse recurso ainda está lá, porque ele precisa de projeto, precisa de execução para o recurso entrar, que foi o que a secretária mencionou. Mas, como requer muito tempo, a gente vê que a cidade continua necessitando da manutenção da limpeza. E isso é muito custoso. O custo do Bota-Espera foi de 10, 20, 30 milhões.

**SRA. ANA PELLINI:** Nós chegamos a gastar R\$ 80 milhões entre Bota-Espera e transporte; do Bota-Espera para o destino final, R\$ 80 milhões.

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Isso. E, ao mesmo tempo, a gente tem muitas pessoas que estão no Estadia Solidária, que são mais de mil famílias recebendo R\$ 1mil. Então, dá mais de R\$ 1 milhão ao mês. São três mil famílias, são três milhões ao mês de famílias que estão no Estadia esperando as casas do governo federal, que, se Deus quiser, vão chegar o quanto antes, porque cada família dessas que fica improvisada e é um custo também para o município. Então, esses valores são louváveis, mas certamente não vão aparecer nos nossos números, porque, infelizmente, o município é pequeno em relação ao governo federal. Até o próprio Estado é considerado pequeno.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Obrigado. Pergunto se, Ferronato, queres fazer alguma ponderação?

**SR. AIRTO FERRONATO:** Quero dizer da satisfação de estar aqui, registrar meu abraço ao nosso presidente, amigo Giovane Byl, ao querido Giovani Culau, às nossas vereadoras Mariana e Natasha, é bom tê-las aqui. À minha querida colega, amiga e secretária Ana Pellini, nosso secretário Bruno, Fabiano e Aline, e trazer um abraço a todos que estão conosco, especialmente, em primeiro lugar, aos nossos servidores e servidoras da Câmara e também àqueles demais servidores que estão conosco.

Eu estive aqui na Câmara por algumas décadas e participei sempre, à exceção de um ano, da Comissão de Finanças. Então, aqui é a casa da minha casa, mais ou menos a sala de espera. E todos sabem que eu trabalhei e assumi como servidor público em 1975, no Ministério da Fazenda da União. Depois, tive a grande satisfação de ser colega da Ana Pellini, nossa secretária, na Secretaria da Fazenda do Estado. Saí aqui da Câmara agora e, com alegria, estou na Secretaria da Fazenda do Município. Então, na verdade, sou um fazendário por excelência. Mesmo com essa alegria de estar na Fazenda, quero registrar a importância e a saudade que tem nos trazido aqui da Câmara. Portanto, voltar para cá hoje é uma grata satisfação, e eu quero deixar um abraço a todos e obrigado pela possibilidade de trazer algumas palavras aí. Abraço. (Palmas.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Por favor, Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano.

**VEREADORA MARIANA LESCANO (PP):** Bom dia a todos, bom dia, secretária, bom dia, secretário, colegas vereadores, quem está aqui nos assistindo. Então, só para parabenizar a secretária Ana Pellini pela apresentação, pelos números, pelo trabalho que vem desempenhando anteriormente à frente da Secretaria de Parcerias, uma secretaria muito importante, onde a Ana Pellini desempenhou um excelente trabalho, e que nós sabemos o quanto a parceria público-privada é cada vez mais importante para que possamos entregar o melhor Município para os porto-alegrenses.

Só para comentar o que o secretário falou sobre a questão do Estadia Solidária, que realmente é um custo e que a Prefeitura não se exime de pagar. Das 17 mil casas que foram atingidas e prometidas pelo governo federal no Estado do Rio Grande do Sul, até agora 253 foram entregues. Esses não são dados meus, estão aqui na GZH. Então, só para a gente entender que a promessa, a fala, realmente é muito bonita, mas a entrega efetiva sabemos que está bem aquém do necessário para a nossa população. Muito obrigada a todos, obrigada, presidente, e continuamos firmes na luta para melhorar a situação da nossa cidade.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Então, eu quero aqui...

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Vereadora, de que data é essa sua informação? Porque eu acho que deve estar um pouquinho desatualizada, porque eu acho pouco, mas já chegamos à marca de mil contratos assinados de casas entregues pelo governo federal.

**VEREADORA MARIANA LESCANO (PP):** Agosto de 2024.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Estamos em março de 2025.

**VEREADORA MARIANA LESCANO (PP):** Não mudou muita coisa, foi para 376. O governo federal.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Mas a matéria não é de 2024?

**VEREADORA MARIANA LESCANO (PP):** Sim, estou te atualizando. A matéria é de 2024 e agora eles já atualizaram para 376. Na matéria, dizia 253 das 17.300 residências prometidas pelo governo federal.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Não, mas a matéria de 2024 projetava 2025, não estou entendendo.

**VEREADORA MARIANA LESCANO (PP):** Não, estou te dizendo que a matéria falava em 253, e agora, com a atualização, está em 376.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Para não nos estendermos muito, presidente, só sugerir que, é importante que todos e todas saibam, nós já temos mil contratos assinados de entrega de casas...

**VEREADORA MARIANA LESCANO (PP):** Pode ser que sejam assinados, mas não foram entregues de casas...

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** O que é pouco, mas precisamos exatamente reforçar essa mobilização para que o governo cumpra o compromisso que assumiu, que é entregar casas para todo mundo, um compromisso histórico firmado com o povo brasileiro. Obrigado.

**VEREADORA MARIANA LESCANO (PP):** O compromisso é muito bonito, ele é histórico. De 17.300 casas, entregues 376. Pode ter sido realmente que o senhor esteja certo, com mil contratos assinados, e assinar o contrato realmente é algo bem importante, mas o que faz a pessoa morar é o tetinho, botar a pessoa para dentro da casa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA MARIANA LESCANO (PP):** Aí, o DEMHAB não tem como prometer 17 mil casas; é o governo federal, para o Estado.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** E nem construiu nada nos últimos anos.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Então, colegas vereadores, colegas vereadoras, quero agradecer a presença de vocês. Esta foi a nossa primeira audiência para tratar das metas fiscais; temos mais duas pela frente. Então, quero agradecer à secretária Ana Pellini, ao secretário Bruno Caldas, à Aline, nossa contadora geral, ao Fabiano também, presidente do Previmpa. Nos

emocionou muito aqui, e é muito bom ter tua presença aqui, Ferronato, muito obrigado pela tua presença. Agradeço também a todos os servidores. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência. Até a próxima. Deus abençoe a todos.

(Encerra-se a reunião às 11h47min.)

TEXTO SEM REVISÃO